

**Universidade de Brasília
Planaltina - DF
Gestão do Agronegócio**

Políticas Públicas e o Aquanegócio

Danillo Cláudio Nascimento das Chagas

**Brasília
2015**

Danillo Cláudio Nascimento das Chagas

Políticas Públicas e o Aqunegócio

Monografia apresentada como exigência para obtenção do grau de Bacharelado em Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília.

Orientador: Vânia Ferreira Roque-Specht

**Brasília
2015**

Dedico a todos aqueles que estiveram comigo durante as mais inusitadas situações da vida, tanto boas quanto ruins, mais em especial a uma rainha que sempre será para mim a mais linda flor do jardim do Papai do Céu, minha Mãe

"Por ter me feito quem eu sou
Sem você eu não sou metade
Independente de onde eu vou
O sentimento é de verdade
Ela me fez nascer me viu chorar
Me fez crescer me deu um lar
Quero que saiba que sempre estive ao seu lado
Mesmo errado eu nunca fui mal criado" (Essa é pra minha mãe, Ary -
ConeCrewDiretoria)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro Lugar gostaria de agradecer a Deus por estar sempre ao meu lado e botar as melhores pessoas no meu caminho.

A minha Família: Stella minha amada mãe, João meu querido e amado pai, Karol e Ana Clara minhas queridas irmãs e Raimunda minha adorada avó;

Aos amáveis parentes: Kelvin, Dalyla, Pedro, João Paulo, Phelipe, Vinicius, Silas, Gabriela, Lena, Mario, Kellen, Marcela, Judite entre varios outros;

Aos amigos do peito: Luan, Davi, Elias, Iron, Rosana, Vinicius, Nelson, Barroso, Cristiane, Bruno, Marcio, Pedro, Marcelo, Jubs, Romulo, Italo e outros que sabem da minha caminhada e não puderam ser citados mas são igualmente queridos;

e a Todos da Superintência Federal do Ministério da Pesca e

Aquicultura: Willibaldo, Juliana, Rafael, Cleusa, Ailton, Ivan, Paulo, Juscelia e Jean.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema da aquicultura e pesca, introduzindo seus conceitos, e suas diferenças. Tem um olhar crítico voltado para as políticas públicas do cenário do setor, em especial no Distrito Federal aonde o consumo do pescado é elevado e sua produção deste tipo de cultura é baixa se comparada com outros Estados.

O Ministério da Pesca e Aquicultura é um dos mais eficientes órgãos do Governo e seus efeitos são claros observando-se os valores de produção de pescado desde sua criação até os dias atuais e suas políticas públicas para o Setor são de grande valor, contudo observam-se falhas e ao detalhá-las são propostas possíveis soluções, no sentido de aumentar a produção nacional e principalmente na região do Distrito Federal e Entorno.

Palavras-chave: Aquicultura, Pesca, Políticas Públicas, Ministério da Pesca

ABSTRACT

This work addresses the topic of aquaculture and fisheries, introducing their concepts and their differences. Have a critical look at public policies aimed at the scenario of the industry, particularly in the Federal District where fish consumption is high and its self-production of this type of culture is weak compared to other states.

The Ministry of Fisheries and Aquaculture is one of the most efficient government agencies and its effects are clear by observing the values of fish production from its inception until the present day and its public policies for the sector are of great value, yet observed if failures and detailing them are possible solutions proposed, in order to improve even more the amount of national production and mainly in the Federal District and Environs region.

Keywords: Aquaculture, Fisheries, Public Policy, Ministry of Fisheries and Aquaculture

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 OBJETIVOS	9
3 REVISÃO DE LITERATURA	10
3.1 Breve Histórico.....	10
3.2 Aquicultura, Piscicultura e Pesca.....	11
3.2.1 Aquicultura.....	11
3.2.2 Piscicultura	12
3.2.3 Pesca (Extrativismo)	13
3.3 Tipos de Criação.....	13
4 BENEFÍCIOS E POTENCIAL BRASILEIRO.....	15
5 POLÍTICAS PÚBLICAS E O MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA.....	17
5.1 A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e suas competências.....	18
6 O MERCADO DO PESCADO NO DISTRITO FEDERAL.....	22
7 METODOLOGIA.....	24
8 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25
8.1 Políticas Públicas da Pesca e Aquicultura	28
8.1.1 Plano Safra da Pesca e aquicultura 2012-2014.....	29
8.1.2 Semana do Peixe	30
8.1.3 Caminhão Feira do Peixe e o Caminhão Frigorífico	31
8.1.4 Mercado do Peixe.....	32
8.1.5 Demarcação de Parques Aquícolas.....	32
8.1.6 Registro Geral de Atividade Pesqueira – RGP	33
8.2 Análise das Políticas Públicas.....	33
9 CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS.....	39

1 INTRODUÇÃO

Com datas que remetem períodos antes da era cristã, a arte de criar peixes foi iniciada pelos chineses e espalhada pelo mundo, com registros na Roma antiga até o antigo Egito. Com o passar dos anos a piscicultura tem se tornado cada vez mais produtiva, com técnicas modernas de reprodução induzida, incluindo a definição pré-determinada do sexo dos peixes e atuando no controle populacional de espécies nativas por meio de peixamento (soltura) em lagos, rios, barragens, etc.

A aquicultura em um sentido mais amplo é a criação ou cultivo de qualquer espécie, animal ou vegetal, que tenha um ciclo completo ou parte de um ciclo no meio aquático, como por exemplo: a criação de rãs (ranicultura) aonde se observa que seu ciclo produtivo inicia totalmente na água - fase larval, em que também pode ser conhecido comumente como girino - e já na fase final vive em um meio semi-aquático, outro exemplo é o cultivo de algas aquáticas (algicultura).

A piscicultura está englobada pelo conceito de aquicultura e remete a ideia da criação de pescado, em ambiente devidamente controlado, com fins lucrativos ou não, e com o pescado como o produto final – vivo, congelado, fresco ou seus derivados.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, o consumo médio per capita de pescado deveria girar em torno de no mínimo 12 quilos ao ano contra os atuais 11 quilos/ano consumidos no Brasil, sem levar em consideração a região norte que, por sua localização e tradição consomem uma grande quantidade de pescado., acima de 50 quilos por ano.

Sendo o Brasil um País de grandes extensões de terra e com grandes quantidades de água, tem em si uma enorme capacidade de produção. Pensando nisso o Governo vem desenvolvendo políticas e estratégias que visam fomentar o crescimento da área produzida, o beneficiamento do pescado brasileiro e o consumo final pela população além de visar o caminho da sustentabilidade do setor.

Um exemplo disso é o “Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014”, que visa estimular a produção nacional de pescado no Brasil além de promover a produção sustentável no setor, visando uma agregação de valores para os envolvidos com a aquicultura e pesca. Tal possibilidade se dá através de empréstimos bancários para construção de projetos pré-determinados pelos órgãos

competentes e as instituições bancárias credenciadas. Os projetos abrangem a criação de peixes ornamentais e o cultivo de algas, ostras, mexilhões, vieiras além da criação de peixes para abate assim como a criação de camarões. Conta também com linhas de crédito para cooperativas, associações, agricultores familiares, médios e grandes produtores.

2 OBJETIVOS

O DF é uma das regiões do país que menos produz pescado, chegando a importar até 80% do pescado consumido, que gira em torno de 36 toneladas. Além disso, esta área possui um dos maiores índices do consumo de pescado por habitante por ano – cerca de 14,5 kg/hab./ano. Uma média superior à média nacional, cujo valor é estimado em 11 kg por habitante .

Visto que o mercado consumidor da região tem um grande potencial, às políticas de estímulo a cadeia produtiva do pescado vem fortalecer e estimular ainda mais a economia deste segmento além de proporcionar uma fonte de alimento mais saudável que a carne vermelha e menos poluente ao meio ambiente que qualquer outra criação.

Nesse contexto, o Ministério da Pesca e Aquicultura juntamente com seus parceiros institucionais formulam políticas públicas que visam criar soluções direcionadas para o setor, atendendo as necessidades de pequenos, médios e grandes produtores, além de agricultores familiares, associações, cooperativas, pescadores e escolas públicas de ensino.

Entende-se por políticas públicas as ações do governo (podendo partir de iniciativas não governamentais) – direta ou indiretamente – para atender as necessidades de certo grupo social ou mesmo a toda sociedade.

Sendo assim o objetivo principal deste trabalho é analisar as principais políticas públicas do setor da pesca e aquicultura, mais especificamente no Distrito Federal, visando proporcionar possíveis soluções para os entraves encontrados. Os objetivos seriam pesquisar e descrever as políticas públicas propostas pelo Ministério da Pesca e análise dos resultados alcançados pelas políticas.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Breve Histórico

No Brasil, a de criação de peixes veio junto à colonização Holandesa, que trouxe consigo técnicas iniciais em ambiente controlado para o território brasileiro – litoral nordestino mais precisamente. Mas somente a partir dos incentivos governamentais na década de 1930, o potencial da aquicultura Brasileira foi posto em foco. Foi na região Nordeste onde ocorreram os primeiros povoamentos de açudes públicos e os primeiros passos da aquicultura brasileira, com os estudos feitos pelo pesquisador brasileiro Rodolpho Von Ihering, conhecido como o pai da piscicultura e sua equipe, que obtiveram sucesso com a implementação de técnicas artificiais para reprodução de espécies reofílicas (que nadam contra a correnteza para se reproduzir também conhecido como piracema).

Posteriormente essas técnicas foram espalhadas e aprimoradas por outros pesquisadores brasileiros e do mundo, contribuindo assim para reprodução induzida em diversas espécies.

As primeiras espécies criadas eram, em geral, peixes exóticos como carpas e tilápia, porém, o sucesso dessa empreitada logo se mostrou frágil com a difícil aceitação do mercado consumidor no caso das carpas e com o excedente de produção no caso das tilápias, que foram introduzidas em ambiente natural por conta da falta de planejamento e ainda com o risco de causar um desequilíbrio na cadeia alimentar ou no próprio ecossistema aonde foram libertados.

Nos anos 1960 e 1970 ocorreram novos incentivos, desta vez com projetos para pequenos produtores familiares que agregariam à criação as outras já existentes na propriedade rural, de forma a complementar a renda do pequeno produtor rural. Também nessa fase, os peixes como o tambaqui, o pacu e o piau, peixes da fauna brasileira, foram estudados e incrementados nas criações com relativo sucesso.

Até meados dos anos 90 a aquicultura nacional teve uma pequena produtividade, voltando a se expandir com o fenômeno Pesque e Pague que aqueceu novamente o

mercado, estimulando a cadeia de pescado.

Desde então, esse setor não para de crescer e as expectativas para o futuro da aquicultura no Brasil são extremamente otimistas segundo o Banco holandês Rabobank, principal financiador agrícola do mundo que afirma “O Brasil tem potencial para se tornar a próxima super potência da aquicultura mundial, podendo competir com os países que mais produzem atualmente, como China, Tailândia e Noruega.” (AQUICULTURA BRASILEIRA: UMA GRANDE INDÚSTRIA DE PESCADOS EM GESTAÇÃO)

3.2 Aquicultura, Piscicultura e Pesca

O cenário atual do pescado se divide entre pesca e aquicultura – sendo que o segundo ainda se subdivide em diversos segmentos tais qual, algicultura, ranicultura e outras.

A denominação genérica, “pescado” compreende os peixes, crustáceos, moluscos, anfíbios (rãs), quelônios e mamíferos de água doce ou salgada usados na alimentação humana (ARTIGO 438- REGULAMENTO DA INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DO MINISTERIO DA AGRICULTURA).

3.2.1 Aquicultura

O termo aquicultura e piscicultura possuem definições similares conforme citações a seguir “Chama-se aquicultura a ciência que estuda técnicas de cultivo não só de peixes, mas também de crustáceos (como o camarão ou lagosta), moluscos (como o polvo e a lula), algas e outros organismos que vivem em ambientes aquáticos. (Embrapa, 2011)”.

“Aquicultura é o cultivo de organismos aquáticos em cativeiro. Ela engloba atividades de criação de peixes, crustáceos (camarões, caranguejos), moluscos (mexilhões e ostras), entre outros organismos que vivem nos rios, lagos e oceanos. (SEBRAE,

2008)”.

Aquicultura como um todo nos remete a ideia da criação ou cultivo de espécies que tem uma parte ou todo ciclo produtivo no meio aquático, e pode ainda se dividir entre aquicultura continental e aquicultura marítima. Segundo o Ministério da Pesca e Aquicultura, a “aquicultura é o cultivo de organismos cujo ciclo de vida em condições naturais se dá total ou parcialmente em meio aquático. (Ministério da Pesca e Aquicultura, 2014)”.

No Brasil os incentivos do governo, de empresas públicas e outros órgãos e entidades como, Embrapa, SEBRAE, Ministério da Pesca e Aquicultura vem estimulando o crescimento da aquicultura nacional, além de promover parcerias com Universidades, a fim de obter estudos cada vez mais detalhados sobre o tema, atuando também na formulação de políticas públicas para o setor.

A aquicultura marinha é o cultivo/criação de organismos no meio aquático de água marinha, como por exemplo: Ostreicultura (criação de ostras), Mitilicultura (cultivo de mexilhões), Piscicultura marinha (criação de peixes marinho-estuarinos) algicultura (cultivo de algas) entre outros.

Na aquicultura continental essa criação se dá em meio aquáticos de água doce, como por exemplo: Ranicultura (rãs), a criação de jacaré e a Piscicultura (peixes).

3.2.2 Piscicultura

A piscicultura é a criação de peixes em ambiente controlado pelo homem, com fins lucrativos ou não, e se dá em todo o mundo. Sendo essa uma importante atividade econômica na cadeia do agronegócio mundial, trazendo muitos benefícios à saúde com seu consumo, além de representar um forte segmento no mercado de alimentos, competindo com o frango e o gado.

Por ser o Brasil um país com um vasto potencial para o ramo, dispondo de uma boa oferta de grãos - milho, soja-, uma vasta área inundada e com os incentivos governamentais cada vez maiores, observa-se que a gestão desses recursos e a implementação de novas medidas do governo vêm para somar na escala da produção nacional de pescado.

3.2.3 Pesca (Extrativismo)

O extrativismo corresponde à obtenção de produtos naturais por meio de coleta e, podendo ser de ordem mineral, vegetal e animal. Sendo essa atividade a mais antiga da humanidade, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria.

O setor extrativista da pesca é uma das mais antigas formas de obtenção de fonte de alimento dominada pelo homem e seguindo a lei da pesca Lei Nº 11959 de junho de 2009 no seu artigo 2º considera-se:

III – pesca: toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

3.3 Tipos de Criação

A piscicultura se divide entre três segmentos que são: extensiva, semi-intensiva e intensiva. Na criação extensiva, os peixes são criados em ambiente natural não controlado e se alimentam da matéria orgânica produzida no próprio ecossistema em que estão. Geralmente os locais escolhidos são instalações já existentes e que estão em desuso como lagos, açudes, etc.. A taxa de lotação é baixa e o controle é ínfimo nesse sistema, levando a baixos resultados comerciais. (informação pessoal)

O nível técnico nesse tipo de sistema nos remete a ideia de uma produção secundária dentro da propriedade, como um complemento de renda ou alimentar.

Na criação semi-intensiva o controle da alimentação se torna mais técnico assim como a lotação da criação e os cuidados com a água. A criação tende a ser mais produtiva e potencialmente competitiva comercialmente. Nesse sistema o produtor visa obter lucro alimentação dos peixes se dá através da alimentação natural com um pequeno auxílio de alimentos artificiais, a fertilização da água são pontos críticos na criação visando assim o desenvolvimento dos peixes para que se tornem competitivos no mercado.

No Brasil a criação de peixes de água doce é praticada, principalmente, em sistemas semi-intensivo, caracterizado por viveiros escavados com pequena renovação de água, baixa ou media densidade de estocagem e utilização de rações balanceadas, juntamente com alimento natural (plâncton) (ZANIBONI-FILHO, 1997)

A criação intensiva por sua vez se caracteriza pela lotação elevada e controle total do ambiente e da alimentação, utilizando de rações balanceadas, pois será o único alimento oferecido ao cardume.

“ É um sistema de criação mais moderno que visa ganhos significativos de lucro e tem como base uma boa gestão e estoques para garantir sua correta desenvoltura.”(citação pessoal)

Dentre os modelos de criação intensiva adotados no Brasil, destaca-se o tanque rede, que são estruturas flutuantes construídas em rede ou tela que permitem a passagem do fluxo de água e de dejetos (SANDOVAL JUNIOR ET AL., 2010) podendo ser instalado em locais como rios, açudes, usinas hidrelétricas e outros corpos de água com boa oxigenação.

4 BENEFÍCIOS E POTENCIAL BRASILEIRO

“A carne de pescado apresenta boa digestibilidade por conter menos tecido conjuntivo (3%) em comparação com a de mamíferos (17%). Apresenta ainda, em media, 5% de gordura (cerca de 1/3 da apresentada por mamíferos), 26% de proteína, todos os aminoácidos (1 a 5 mg de aminoácidos livres/grama de proteína . elevados teores de vitamina do complexo B e menos de 1,5 % de matéria mineral, embora seja excelente fonte de cálcio e fósforo”.(CRISTIANE RODRIGUES PINHEIRO NEIVA, PESQUISADORA CIENTÍFICA, DIRETORA DA UNIDADE LABORATORIAL DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIA DO PESCADO DO INSTITUTO DE PESCA, SANTOS(SP)-2009)

Segundo a revista American Journal of Nutrition - Reduz o risco de Alzheimer alem disso o consumo da carne de pescado auxilia na concentração e memória tal qual melhora a qualidade do sono e são de ótimo sabor.

Mulheres grávidas que consomem mais peixes durante o período de gestação tendem a ter crianças mais sociáveis, devido ao ômega 3, segundo o artigo de um especialista do instituto Nacional de Maryland (EUA) publicado na revista The Economist.

Muito são os benefícios da carne do pescado e a segurança alimentar veiculado a tais benefícios inferem a OMS que exista um consumo mínimo de 12 quilos de pescado por habitante/ano.

O Brasil possui uma costa de litorânea de 8,4 mil quilômetros, 5,5 milhões de hectares de reservatório de água doce, terra em abundância, clima favorável, mão de obra relativamente barata, alem de um crescente mercado interno e externo.

Essas entre outras características apontam para o país como um grande possível produtor do mercado de pescado, haja visto que em 2012 pela primeira vez a produção de pescado ultrapassou a de carne bovina (INSTITUTO NORTE-AMERICANO EARTH POLICY,2012) que afirmou ainda que os números mostram que foram 66,5 milhões de toneladas de frutos do mar contra 63 milhões de toneladas de carne vermelha.

Outros sinais da demanda crescente do mercado é que o Brasil importa pescado como bacalhau, salmão e merluza para atender uma parcela de 34% da procura no país.O valor gasto com importações desse tipo foi de US\$ 1,3 bilhões.



Figura Erro! Indicador não definido. - **Figura 1: Ranking Mundial em Toneladas de Pescado - Pesca e Aquicultura-**
Fonte (ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL BRASIL - ACBE, 2014, p.13).

O Brasil atualmente ocupa a 19ª posição no ranking mundial de produção de pescado com 1.264.765 de toneladas produzidas, tanto de pesca quanto aquicultura (MPA – 2011).

5 POLÍTICAS PÚBLICAS E O MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

As políticas públicas vêm desenvolvendo uma melhor relação entre estado e cidadãos em todas as áreas em que o governo tenha que tomar uma decisão para o bem social, visando atender as necessidades da sociedade ou uma parte da sociedade para qual a política pública se destinar.

No caso da área da Pesca e Aquicultura, desde a criação da extinta Secretaria da Aquicultura e Pesca – SEAP, que mais tarde passou a ser o Ministério da Pesca e Aquicultura, as políticas públicas vem estimulando e beneficiando o segmento do pescado no Brasil a fim de levar o país a uma melhor colocação no ranking mundial de produção de pescado, melhorar a qualidade alimentar da nação (já que o pescado é um alimento de grandes dotes nutricionais) assim como proporcionar uma melhoria na cadeia de produção de pescado, proporcionando assim, um estímulo na economia nacional pro viéis de uma estruturação do segmento no âmbito Nacional, Estatal, Municipal e no Distrito Federal.

Ainda sobre políticas públicas Laswell (1936) - considerado um dos pais fundadores da área de políticas públicas - introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política pública) nos anos 30 como “uma forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sócias, grupos de interesse e governo”.

Easton (1965) definiu tal termo como “um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente” e, ainda segundo ele, “políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse que influenciam seus resultados e efeitos”.

Nesse sentido afirma-se que “As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas - partilham um interesse comum na área e tem contribuído para avanços teóricos e empíricos.” (SOCIOLOGIA, PORTO ALEGRE, ANO8)

Em outras palavras, as políticas públicas são tomadas de decisão em que o governo/estado tem que levar em consideração a vontade da sociedade ou parte

dela assim como o ambiente no qual se dará a aplicação dessas políticas, os sujeitos que receberam esses “estímulos governamentais”, a razão para tal iniciativa, sua viabilidade e sua propagação em longo prazo.

Apesar de ser uma tomada de decisão que deve ser decidida pelo Governo/Estado, as políticas públicas podem ser formuladas ou estimuladas por atores que não o próprio governo podendo ser a sociedade um dos instigadores de tal qual grupos de interesse ou movimentos sociais, sendo o processo da globalização um ponto forte na difusão das políticas públicas.

O setor pesqueiro por muito tempo foi negligenciado hora pelo governo hora pela própria sociedade que marginalizava o pescador que no passado era tido como um trabalho de ordem inferior e além disso os próprios pescadores não tinham uma organização entre si, possivelmente por seu baixo grau de escolaridade.

5.1 A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e suas competências

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura foi resultado de um esforço conjunto, entre Poder Público e Sociedade Civil. O marco inicial, no entanto, se deu em 1º de janeiro de 2003, quando o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 103 (hoje Lei nº 10.683), que criava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR). O órgão federal, ligado à Presidência da República, ficou responsável por fomentar e desenvolver políticas voltadas ao setor pesqueiro no conjunto de seus anseios.

Outro momento importante foi a 2ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca promovida pela SEAP/PR e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca (CONAPE). Com o tema "Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca", entre suas resoluções, foi aprovada a proposta de centralização de todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor em um único órgão de governo e a transformação da SEAP/PR em Ministério. A existência de uma instituição política sólida e da nova Lei da Pesca e Aquicultura, sancionada no mesmo dia da criação do Ministério, são os instrumentos que, agora, orientam e dão segurança para esse importante setor brasileiro. (MPA dia 22 de outubro).

Desde então, a base desses anseios está fundamentada nos marcos de uma nova política de gestão e ordenamento do setor, mantendo o compromisso com a

sustentabilidade ambiental no uso dos recursos pesqueiros. Assim, no ano de 2009, em 29 de junho, Dia do Pescador, foi sancionada a Lei nº 11.958 criando o Ministério da Pesca e Aquicultura do Brasil, destinado a atender ao anseio histórico dos pescadores e aquicultores do País. Competindo dessa forma ao Ministério da Pesca e Aquicultura:

I - política nacional pesqueira e aquícola, abrangendo produção, transporte, beneficiamento, transformação, comercialização, abastecimento e armazenagem;

II - fomento da produção pesqueira e aquícola;

III - implantação de infra-estrutura de apoio à produção, ao beneficiamento e à comercialização do pescado e de fomento à pesca e aquicultura;

IV - organização e manutenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira;

V - sanidade pesqueira e aquícola;

VI - normatização das atividades de aquicultura e pesca;

VII - fiscalização das atividades de aquicultura e pesca no âmbito de suas atribuições e competências;

VIII - concessão de licenças, permissões e autorizações para o exercício da aquicultura e das seguintes modalidades de pesca no território nacional, compreendendo as águas continentais e interiores e o mar territorial da Plataforma Continental, da Zona Econômica Exclusiva, áreas adjacentes e águas internacionais, excluídas as Unidades de Conservação Federais e sem prejuízo das licenças ambientais previstas na legislação vigente:

a) pesca comercial, compreendendo as categorias industrial e artesanal;

b) pesca de espécimes ornamentais;

c) pesca de subsistência;

d) pesca amadora ou desportiva.

IX - autorização do arrendamento de embarcações estrangeiras de pesca e de sua operação, observados os limites de sustentabilidade estabelecidos em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente;

X - operacionalização da concessão da subvenção econômica ao preço do óleo diesel instituída pela Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997;

XI - pesquisa pesqueira e aquícola;

XII - fornecimento ao Ministério do Meio Ambiente dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira relativos às licenças, permissões e autorizações concedidas para pesca e aquicultura, para fins de registro automático dos beneficiários no

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais;

XIII - planejamento e gestão social da aquicultura e pesca em diferentes escalas territoriais e dentro de recortes prioritários do Ministério, demais órgãos da Administração Federal e outros entes federados;

XIV - articulação de políticas públicas com diferentes entes federados, de modo a promover a sustentabilidade da atividade e a qualidade de vida dos pescadores e aquicultores.

Cabe aos Ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente, em conjunto e sob a coordenação do primeiro, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros:

I - fixar as normas, critérios, padrões e medidas de ordenamento do uso sustentável dos recursos pesqueiros, com base nos melhores dados científicos existentes, na forma de regulamento;

II - subsidiar, assessorar e participar, em interação com o Ministério das Relações Exteriores, de negociações e eventos que envolvam o comprometimento de direitos e a interferência em interesses nacionais sobre a pesca e aquicultura.

Com a criação do MPA a ordem aquícola/pesqueira passou a ter uma oportunidade de crescer o qual não foi desperdiçada. Em seis anos de existência a produção que não chegava a um milhão de toneladas em 2002 e o consumo que per capita que girava em torno de 7 kg/hab/ano atingiu o patamar de 1,4 milhões de toneladas produzidas em 2011, assim como o consumo per capita saltou para cerca de quase 11 quilos chegando próximo à quantidade mínima definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que estabelece um consumo mínimo de 12 quilos anuais por habitante assim como desempenha estratégias para assegurar a sustentabilidade do setor tal qual garantir a segurança alimentar do País.

Segundo o ex Ministro da Pesca e aquicultura – Marcelo Crivela – “ o ministério cuida de um setor que tem um potencial imenso, pois é a ultima fronteira do agronegócio a ser explorada de maneira sustentável. Imagine ainda que para engordar o boi, uma tonelada de boi, é necessário um hectare de terra e de 32 quilos de ração para cada quilo de boi. E o boi emite metano porque ele ruma. Já com hectare de água produz-se 200 toneladas de peixe, e para engordar um quilo de peixe precisa de 1,5 quilos de ração. E o peixe não ruma. O peixe é sustentável. E ainda se conjugar o peixe com a produção agrícola, tem-se uso duplo

da água. Ou seja, antes de molhar a plantação, você coloca água num tanque e ali produz peixe. O Brasil, com a água que tem disponível tem tudo para ser um grande produtor de pescado até 2030. ”

6 O MERCADO DO PESCADO NO DISTRITO FEDERAL

O Distrito Federal se localiza entre os paralelos 15°30' e 16°03' de latitude sul e os meridianos 47°25' e 48°12' de longitude oeste, na região Centro Oeste do Brasil, nominada como Planalto Central e ocupa cerca de 5.789,16 km², inserido na região Leste do Estado do Goiás, situa-se a mais de 1000 metros acima do nível do mar. Seus limites naturais são determinados pelos Rios Descoberto a oeste, Rio Preto a leste e ao norte e sul por "linhas retas"

O consumo anual per capita de pescado em Brasília, referente ano 2009 foi de 14,05 kg (Borges, A.M. O mercado do pescado, 2010) uma média satisfatória em relação a quantidade mínima estipulada pela Organização Mundial da Saúde.

Em 12 anos, a população do Distrito Federal passou de 1,8 milhões de habitantes a 2,6 milhões e o consumo anual per capita de pescado aumentou de 12,8 kg em 1997 a 14,05 kg atualmente. O mercado total anual cresceu, portanto de 58% nestes 12 anos, passando de um total de 23.201 toneladas comercializadas em 1997 a 36.624 toneladas atualmente. O segmento dos restaurantes aumentou de forma significativa a sua parcela de mercado (de 17,4% a 27,16%) nestes 12 anos, principalmente às custas da parcela de mercado dos supermercados (que baixou de 59,4% a 46,84%). Também significativo foi o crescimento do mercado informal cuja parcela de mercado passou de 5,4% a 11,82%, o que mostra que ainda faltam esforços para estruturar melhor a distribuição de pescados no Distrito Federal. (Adaptado, BORGES, 2010, p.2)

A aquicultura local tem sido estimulada cada vez pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) que atua na implementação de políticas públicas e incentivos a cadeia produtiva do pescado em todo território nacional apoiada por órgão e entidades (SEBRAE, Embrapa e SEAGRI-DF) que juntos oferecem cursos profissionalizantes, distribuição de alevinos e acesso facilitado a linhas de créditos.

A região é favorecida por três das mais importantes bacias hidrográficas brasileiras, que são: São Francisco - abastecida pelo Rio Preto, Paraná- abastecida pelo Rio Bartolomeu e Rio Descoberto- e a bacia de Tocantins/Araguaia- abastecida pelo Rio Maranhão, sendo esta última bacia a de maior drenagem com uma fatia de aproximadamente 64% de toda a captação de água que circula no DF e abastece as grandes áreas urbanas e o Lago Paranoá.

Apesar das bacias que o limitam o DF não dispõe de rios verdadeiramente próximos o que torna a aquicultura local pouco desenvolvida, gerando assim uma demanda

que para ser totalmente atendida necessita de importar pescado de outros estados. O Lago Paranoá, localizado no centro da região foi construído artificialmente em 1959, após o fechamento da barragem do Rio Paranoá com o represamento das águas do Riacho Fundo, Ribeirão do Gama e Córrego da Cabeça do Veado ao Sul, e do Ribeirão do Torto e Córrego Bananal ao Norte além de outros pequenos afluentes. (O mercado de Pescado no DF, 2009).

O Objetivo inicial na sua construção foi a de aumentar a umidade local, gerar energia elétrica, proporcionar uma área de recreação, ornamentar a região, atuar com receptor de efluentes de esgotos e de águas pluviais além de ser uma opção de explorar o extrativismo da pesca local, assim no decorrer da conclusão das obras que deram origem ao Lago foram introduzidas várias espécies de peixes Nativos e exóticos dentre elas estão: Tilápia do Congo, Tilápia do Nilo, Carpa Comum, Acará, Tucunaré, Bagre e Trairá. (Adaptado, O mercado de Pescado no DF, 2009).

Durante a construção de Brasília muitos dos imigrantes que atuaram nas suas obras se instalavam na beira do lago que por sua vez vinham de várias regiões do Brasil sendo que alguns desses trabalhadores trouxeram consigo uma certa experiência na área da pesca que logo foi reaproveitada nas águas do Lago possibilitando assim uma fonte alternativa de renda para suas famílias, e mesmo sendo uma atividade ilegal na época a pesca local deu suporte a pelo mesmo cerca de 100 famílias que viviam exclusivamente da pesca no Lago Paranoá.

Com uma política pública que possibilitou uma abertura aos pescadores do DF teve-se início a uma cooperativa de pescadores do Lago Paranoá em Janeiro de 2001 – COOPELAP. A cooperativa inicialmente era constituída por 29 pescadores e teve apoio da Secretaria do Estado de Trabalho, Emprego e Renda /SETER-DF, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/SESCOOP-DF e da CAESB.

7 METODOLOGIA

Para atender o objetivo proposto neste trabalho foi realizada uma pesquisa e bibliográfica e documental sobre políticas públicas relacionadas à pesca e a aquicultura, com posterior descrição e análise das mesmas.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi utilizada a pesquisa bibliográfica que se trata do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, em livros, revistas, jornal, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o mesmo.

A pesquisa documental guarda estreitas semelhanças com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre as duas é a natureza das fontes: na pesquisa bibliográfica os assuntos abordados recebem contribuições de diversos autores; na pesquisa documental, os materiais utilizados geralmente não receberam ainda um tratamento analítico (por exemplo, documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e privados: cartas pessoais, fotografias, filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins etc.).

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise das Políticas Públicas fomentadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura propõem que há um forte incentivo governamental para com o setor, visto a vasta aptidão do Brasil para se tornar uma das grandes potências mundiais na produção de pescados, tanto da pesca quanto da aquicultura.

O segmento da pesca e aquicultura dispõe atualmente de políticas públicas diretas para cada ramo da área, seja como aquicultor, pescador (amador ou profissional), algicultor (cultivador de algas), ranicultor ou outra parte que constitua o cenário da pesca e aquicultura nacional.

Entre as políticas públicas apresentadas, ganha destaque o Plano-Safra da Pesca e Aquicultura que oferece créditos a aqueles que se enquadrem no perfil dos possíveis beneficiados pelo programa, sendo ele a principal ação do governo para promover a comercialização, o beneficiamento e o incentivo a cadeia produtiva do pescado, contudo o acesso ao crédito é por vezes uma difícil tarefa visto que para ter um projeto aprovado e receber o crédito de fato o interessado deve ser aprovado por um dos bancos que fará a análise do projeto tal qual sua viabilidade .

Os bancos que fazem essa análise por sua vez dificultam e até impedem que projetos sejam aprovados (geralmente dos produtores de pequeno porte ou de agricultores familiares) através de grandes barreiras burocráticas, sendo assim um grande entrave a proposta inicial do MPA que visa incentivar e facilitar o acesso ao crédito.

Outra situação observada é a falta de esclarecimento e divulgação sobre o tema Plano-Safra da Pesca e Aquicultura junto à sociedade assim como a vida útil desse programa que tem como prazo fim no ano de 2014.

A Semana do Peixe apesar de ser uma ação de incentivo, por vezes falha no tocante preço justo e divulgação em massa já que grande parte da população ainda vê o pescado como uma carne de alto preço, nesse sentido observa-se que os preços ofertados pelos estabelecimentos durante a semana são o grande atrativo mais que ao fim desse período os preços voltam a subir e o consumo volta a cair.

Apesar de ser uma iniciativa de promoção do consumo do pescado que gera resultados a semana do peixe perdura por um curto período assim como as propagandas que chamam a atenção para o consumo do pescado e seus

benefícios, uma vez que o seus valores nutritivos e seus benefícios a saúde são apontados pela mídia apenas nessa ocasião. Os consumidores são induzidos a consumir mais pescados graças a forte propaganda que gira entorno dessa data, mais ao fim do programa tendem a voltar a consumir a quantidade de pescado antes consumida. Além dos entraves já citados outro ponto negativo da semana do peixe se dá pela falta de incentivo em toda e qualquer rede de ensino, seja Pública ou Particular.

Quando se trata dos caminhões feira do peixe e caminhão frigorífico ocorre o mesmo problema de acesso ao crédito do Plano-Safra haja visto que a burocracia é seu maior entrave não se diferenciando assim suas licitações para aquisições desses veículos.

A principal problemática do Mercado do Peixe se dá por sua complicada localização dentro da CEASA, uma vez que através de perguntas semi estruturadas feitas a transeuntes na Central Abastecimento durante um evento da semana do peixe é notável que muitos consumidores que frequentam o Local (CEASA) não têm conhecimento da existência de um mercado de peixes instalado ali, percebe-se assim uma fraca publicidade voltada para o estabelecimento.

Outro entrave ao incentivo de consumo de pescado observado no Mercado do Peixe é o preço de venda praticado. Uma vez que em outros estabelecimentos os preços são menores e logo se tornam concorrentes diretos e de forte páreo para o Mercado do Peixe

Os parques aquícolas no DF e RIDE são de quantidades ínfimas visto que a região em si não oferece condições propícias para sua implementação em larga escala como em outras regiões do País.

Mais especificamente no DF – Lago Paranoá – torna-se inviável a utilização de tanques rede visto a quantidade de embarcações que circulam no local assim como a baixa qualidade da água em alguns pontos.

O Sistema do Registro Geral de Atividades Pesqueiras-RGP representa uma das maiores falhas apresentadas já que para ter acesso a ele não há a necessidade de apresentar nenhum tipo de comprovante de regularidade sendo assim passível de fraudes por parte de terceiros. Uma dessas fraudes se dá no cadastramento de pescadores profissionais que recebem o seguro defeso – pecúnia paga ao pescador durante a piracema – uma vez que muitos dos que fazem o cadastro de fato não apresentam características de pescadores como, conhecimento dos locais de pesca,

espécies pescadas ou equipamentos utilizados ficando por vezes nítida a pura intenção no valor pago ao pescador durante o seguro defeso.

Outra falha nítida no RGP é que Cooperativas que representam pescadores em localidades mais distantes ou com menos acesso a informações cobram uma taxa de seus cooperados que repassam a informação entre outros pescadores que há de fato um valor para ser pago ao dar entrada no RGP, sendo que o acesso é totalmente gratuito. Os representantes dessas cooperativas afirmam que a taxa cobrada é para bancar custos de viagem para dar entrada no RGP em locais distantes de suas residências, visto que a abrangência do MPA compreende DF e RIDE abarcando alguns municípios de Minas Gerais e Goiás

Contudo apesar das falhas apresentadas ainda é nítido a importância dessas ações para o setor, já que o consumo do pescado vai de vento em poupa estima-se que em 2013 o ano fechou com uma produção de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas de pescado produzidas em todo a Brasil. Um crescimento de cerca de 70% em relação ao ano de 2011.

As políticas apresentadas são de vital importância para que se chegasse a esse patamar de produção e seus benefícios vão além do estímulo a produção, abrangendo a área da saúde, social e ambiental visto a inclusão dos pescadores a sociedade como uma profissão digna e honesta, assim como proporciona aos brasileiros uma fonte de alimento saudável e com grandes valores nutritivos além de ser uma das atividades do agronegócio que causam menos impactos ao meio ambiente.

O Plano-Safra para que possa ser um instrumento totalmente funcional necessita de simplificar seu acesso e divulgar ainda mais suas atribuições tal quais seus objetivos e suas áreas de abrangência. A Semana do Peixe pode acionar novos parceiros como o Ministério da Educação e juntamente com os parceiros já existentes divulgarem ainda os benefícios dos pescados, principalmente junto aos futuros compradores de pescado nas escolas, tanto públicas como particulares incentivando assim um novo costume alimentar. Outra ação que poderá melhorar o desempenho da semana do peixe é que houvesse uma abertura oficial em todas as regiões administrativas simultaneamente e em locais de maior comercialização de pescado da Região.

Os caminhões Feira do Peixe e Frigoríficos carecem de uma facilitação de aquisição através de uma licitação dispensada para associações ou cooperativas,

tornando ainda mais simples para estes a comercialização de seus produtos e subprodutos. Já os parques Aquícolas são inviáveis no Lago Paranoá mas com esforços conjuntos com a Marinha, ANA ou outros órgãos ou instituições pode-se analisar a viabilidade de separar um dos braços do Lago para tal atividade, criando um perímetro onde o trânsito de embarcações com motor seria impedido ou monitorado, visando assim diminuir as ondas responsáveis por dificultar a instauração de tanques-rede.

O Registro Geral de Atividades Pesqueiras por sua vez carece de um monitoramento mais específico. Sendo assim uma possível saída seria a instauração de uma ficha cadastral ou formulário que serviria como um qualificador de idoneidade contendo questões básicas a um verdadeiro pescador no caso de fraudes para recebimento do seguro desporto. Outra opção seria a de que fosse feito um acompanhamento das atividades mensalmente, aferindo os dados e verificando quais são e onde estão as principais fontes de pesca.

Sendo o RGP essencial para qualquer atividade oferecida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, seu controle passaria a ser monitorado também por outros Órgãos e Instituições que asseguram a legalidade de atividades pesqueiras como o IBRAM, IBAMA ou mesmo a ANA (AGENCIA NACIONAL DE AGUAS).Podendo ainda, instaurar-se sedes de Superintendias Federais do MPA em todos os municípios que vivem da pesca ou aquicultura e que tenham essas atividades como algo de grande importância para que seja feita a correta divulgação a cerca do acesso a esse sistema.

8.1 Políticas Públicas da Pesca e Aquicultura

Segundo Vargas Velasques o termo política pública remete um conjunto de sucessivas iniciativas, decisões, e ações do regime político frente a situações socialmente problemáticas e que buscam a resolução das mesmas, ou pelo menos trazê-la a níveis manejáveis.

As políticas públicas no setor da aquicultura e pesca nem sempre estiveram ajustadas as necessidades dos pescadores/aquicultores, e por anos a competência

da pesca e aquicultura foi do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Após a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e através das ações governamentais que ora são formuladas de dentro para fora (partindo de iniciativas da organização e chegando a classe interessada) e ora formuladas de fora para dentro (partindo de interesses de pescadores/aquicultores e chegando ao conhecimento do MPA) pode-se observar algumas das políticas de estímulo a cadeia produtiva de pescado no DF e RIDE.

Entre as ações do governo para estimular o setor no DF e RIDE destacam-se quatro principais sendo elas o Plano-Safra da pesca e Aquicultura 2012-2014, Visitas a escolas educacionais, o caminhão do peixe e a Semana do peixe. Todas elas unidas em um propósito de estímulo ao consumo/comercialização do pescado no Distrito Federal e Entorno visando aumentar ainda mais o consumo do pescado, as políticas de incentivo a cadeia produtiva e identificar as falhas do Setor para que se possa agir de forma a exaurir as problemáticas ou mesmo minimizá-las.

8.1.1 Plano Safra da Pesca e aquicultura 2012-2014

Entre as ações do governo que estimulam o setor destaca-se o Plano Safra da Pesca e Aquicultura com recursos de quatro bilhões de reais até Dezembro de 2014 sendo que no primeiro ano mais de 23 mil operações foram realizadas contabilizando cerca de 600 milhões de reais acessados. O programa foi elaborado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura tendo como principal objetivo estimular a produção nacional de pescado além de promover o desenvolvimento sustentável, através do acesso a créditos para custeio, beneficiamento, comercialização e investimento na cadeia produtiva do pescado e tem como público alvo pescadores profissionais, cooperativas, aquicultores, criadores de peixes ornamentais, marisqueiras, agricultores familiares entre outros do ramo da pesca e aquicultura. Suas linhas de crédito contemplam a construção de viveiros escavados, aquisição de barcos e ou motores, tanques redes, alevinos, rações, medicamentos, aquecedores, estufas entre outros. Para que possa ter acesso a esses créditos o interessado deve estar cadastrado no Ministério da Pesca e Aquicultura em alguma das categorias do Registro Geral da Atividade Pesqueira-RGP.

Para poder ter acesso ao crédito, além de estar registrado no RGP, é necessário um projeto técnico ou uma proposta simplificada elaborados por um extensionista rural, além da DAP (Declaração de Aptidão) no caso dos agricultores familiares ou pescadores artesanais que se enquadram nas linhas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –PRONAF- assim como as cooperativas e associações de pescadores e de aquicultores.

As linhas de crédito do plano safra da pesca e aquicultura 2012-2014 consistem em taxa de juros que variam entre 0,5% e 4% , com a carência máxima entre 1 ano a 3 anos e prazo máximo para pagamento entre 2 a 12 anos .

Neste sentido a MPA deverá lançar o Plano Safra Aquícola em julho de 2015 para o período 2015 /2016.

8.1.2 Semana do Peixe

A Semana do Peixe foi instituída para acontecer anualmente e no mês de setembro estando na sua XI edição. Sendo uma ação Nacional do Ministério da Pesca e Aquicultura para que, durante uma semana por meio de divulgações em diversos veículos de comunicação em massa juntamente com promoções em supermercados e pontos de vendas de pescado seja estimulado o consumo do pescado através de material informativo, cozinhas gastronômicas (Cozinha Show), anúncios, propagandas e visitas institucionais do MPA nos mais ativos pontos de venda de pescado da região. Tal estratégia proporciona ao consumidor maior acesso ao pescado e seus derivados além de promover mais conhecimento acerca do seu consumo.

A expectativa é que durante a campanha o consumo de peixe aumente cerca de 20% segundo o Presidente da CEASA-DF, Wilson Santos, que complementa ainda “Temos que valorizar e incentivar a alimentação saudável e a segurança alimentar, e a Semana do Peixe promove exatamente isso”

A semana do peixe já chegou a sua décima primeira edição no ano de 2014 e conta com a participação de vários parceiros como o Ministério da Saúde, a Secretaria de Agricultura do DF, a EMATER-D, a Associação dos Supermercados de Brasília (ASBRA), a Cooperativa dos Pescadores do Lago Paranoá (COOPELAP), a

Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais da Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (HAJA PEIXE) - que chegam a dar até 30% de desconto em seus produtos - SESI, Centros Universitários UniEuro, UniCeub, IESB e entrepostos de pescados Arigatô, Rander, Peixe Brasil e Santa Lucia.

Cabe ainda ao Ministério da Pesca e Aquicultura durante a semana do peixe fazer visitas institucionais a escolas do DF e RIDE tendo como objetivo apresentar aos funcionários, professores, diretores e alunos a importância do pescado na alimentação uma vez que nas redes de ensino que proporcionam ao seu quadro a chamada merenda escolar o consumo do pescado ainda é pequeno.

Visto os valores nutricionais do pescado e seus benefícios como, auxiliar na concentração, além disso, possuem vitaminas A, D, E, complexo B, niacina, ácido pantotênico, iodo, sódio, magnésio, manganês, ferro, potássio e até quatro vezes mais cálcio que outros tipos de carne entre outros benefícios, sendo assim ideal para pessoas em qualquer faixa etária, mas de ótimo valor para crianças em desenvolvimento, tanto acadêmico como físico.

Uma das ações do governo nesse sentido foi de capacitar merendeiras, e gestores de escolas através de um convênio entre o MPA e o Conselho Nacional do Serviço Nacional da Indústria (SESI/CN).

8.1.3 Caminhão Feira do Peixe e o Caminhão Frigorífico

O Caminhão Feira do Peixe é uma estratégia do governo que consiste em comercializar o pescado produzido por pequenos produtores em caminhões refrigerados e customizados para tal fim. A ideia inicial é a de eliminar o “atravessador” já que o pescado vendido vem direto da produção de pequenos produtores da região aumentando o lucro para quem vende e diminuindo os custos para quem compra.

O veículo é constituído por duas câmaras frias, espaço para manuseio de peixe (Retirada de espinhas e entranhas), balança, máquina para emissão de cupom fiscal e um balcão para atendimento, com capacidade de transportar até 3,5 toneladas de pescado fresco e congelados prontos para comercialização.

A prefeitura de Novo Gama/GO foi contemplado com o Caminhão Feira do Peixe na RIDE-DF.

O Caminhão frigorífico é uma das ações do MPA que consiste em abrir licitação para que seja cedido o uso de um veículo refrigerado com capacidade de transportar o pescado e seus derivados diretamente dos piscicultor ao consumidor a preços menores, eliminando o atravessador. A SEAGRI-DF estabeleceu o termo de permissão de uso TPU – para utilização de um caminhão frigorífico que presta serviço ao Mercado do Peixe de Brasília.

8.1.4 Mercado do Peixe

O Mercado do Peixe de Brasília é uma área localizada na Central de Abastecimento (CEASA), e é responsável pela venda de pescado vivo ou abatido, de espécies variadas e com preços acessíveis, com toda a produção advinda da Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (HajaPeixe/RIDE –DF), sendo ela a responsável pela administração do Mercado do Peixe de Brasília.

Criado em 2011 a partir de esforços do Ministério da Pesca e aquicultura e a Secretaria de Agricultura, o local é de suma importância para o fortalecimento da cadeia produtiva do pescado, visto que sua localização – em uma Central de Abastecimento (CEASA) facilita o contato com clientes em potencial, proporcionando a oferta de pescados frescos e de boa qualidade.

Segundo o Presidente da Haja Peixe, Senhor Francisco Baia em 2013 foram comercializado cerca de 700 quilos de pescado por semana aumentando para cerca de 1000 quilos de pescado processado por semana em 2014.

8.1.5 Demarcação de Parques Aquícolas

Parque aquícola é um espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado pelo MPA, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquicultura. A definição dos locais onde serão implantados os parques aquícolas é realizada por meio de estudos conduzidos por equipes multidisciplinares

que consideram aspectos da sustentabilidade ambiental, social e econômica. (MPA) Os parques aquícolas são áreas destinadas à produção de peixes em tanques-redes, em locais como reservatórios, represas, lagoas ou lagos, mas sendo de responsabilidade do Ministério da Pesca e Aquicultura as águas de domínio da União. A Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura no DF e RIDE, tem atuado para implementação de parques aquícolas no reservatório de Queimado na divisa com o estado de Minas Gerais para o atendimento das comunidades lindeiras.

8.1.6 Registro Geral de Atividade Pesqueira – RGP

“O Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP foi instituído há 44 anos pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967 e ratificado pela Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009, conhecida como a nova lei da pesca. Trata-se de um instrumento do Governo Federal que visa a contribuir para a gestão e o desenvolvimento sustentável da atividade pesqueira, bem como permite ao interessado o exercício das atividades de pesca e aquicultura, em toda a sua cadeia produtiva. Ou seja, O RGP é um instrumento do poder executivo que permite legalizar os respectivos usuários para o exercício da atividade pesqueira, com o credenciamento das pessoas físicas ou jurídicas e também das embarcações para exercerem essas atividades.” (Ministério da Pesca e Aquicultura).

Sendo assim compete ao MPA cadastrar, monitorar, atualizar e formatar o Sistema do Registro Geral de Atividades Pesqueiras a fim de garantir dados e informações dos Aprendizes de Pesca, Pescador Profissional, Pescador Profissional na Pesca Artesanal e Pescador Profissional na Pesca Industrial; Armador de Pesca; Embarcação de Pesca; Indústria Pesqueira; Pescador Amador ou Esportivo; Organizador de Competição de Pesca Amadora ou Esportiva; Aquicultor e Comerciante de Organismos Aquáticos Vivos. No DF estimasse a existência de cerca de 500 pescadores artesanais e 450 piscultores.

8.2 Análise das Políticas Públicas

Os resultados da análise das Políticas Públicas fomentadas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura propõem que há um forte incentivo governamental para com o setor, visto a vasta aptidão do Brasil para se tornar uma das grandes potências mundiais na produção de pescados, tanto da pesca quanto da aquicultura.

O segmento da pesca e aquicultura dispõe atualmente de políticas públicas diretivas para cada ramo da área, seja como aquicultor, pescador (amador ou profissional), algicultor (cultivador de algas), ranicultor ou outra parte que constitua o cenário da pesca e aquicultura nacional.

Entre as políticas públicas apresentadas, ganha destaque o Plano-Safra da Pesca e Aquicultura que oferece créditos a aqueles que se enquadrem no perfil dos possíveis beneficiados pelo programa, sendo ele a principal ação do governo para promover a comercialização, o beneficiamento e o incentivo a cadeia produtiva do pescado, contudo o acesso ao crédito é por vezes uma difícil tarefa visto que para ter um projeto aprovado e receber o crédito de fato o interessado deve ser aprovado por um dos bancos que fará a análise do projeto tal qual sua viabilidade .

Os bancos que fazem essa análise por sua vez dificultam e até impedem que projetos sejam aprovados (geralmente dos produtores de pequeno porte ou de agricultores familiares) através de grandes barreiras burocráticas, sendo assim um grande entrave a proposta inicial do MPA que visa incentivar e facilitar o acesso ao crédito momentaneamente devido às exigências de obtenção de licenciamento ambiental e outorga da água pelos aquicultores

Outra situação observada é a falta de esclarecimento e divulgação sobre o tema Plano-Safra da Pesca e Aquicultura junto à sociedade. A Semana do Peixe apesar de ser uma ação de incentivo, por vezes falha no tocante preço justo e divulgação em massa já que grande parte da população ainda vê o pescado como uma carne de alto preço, nesse sentido observa-se que os preços ofertados pelos estabelecimentos durante a semana são o grande atrativo mais que ao fim desse período os preços voltam a subir e o consumo volta a cair.

Apesar de ser uma iniciativa de promoção do consumo do pescado que gera resultados a semana do peixe perdura por um curto período assim como as propagandas que chamam a atenção para o consumo do pescado e seus benefícios, uma vez que os seus valores nutritivos e seus benefícios a saúde são apontados pela mídia apenas nessa ocasião. Os consumidores são induzidos a consumir mais pescados graças a forte propaganda que gira entorno dessa data,

mais ao fim do programa tendem a voltar a consumir a quantidade de pescado antes consumida. Além dos entraves já citados outro ponto negativo da Semana do Peixe se dá pela falta de incentivo em toda e qualquer rede de ensino, seja pública ou particular.

Quando se trata dos caminhões feira do peixe e caminhão frigorífico ocorre o mesmo problema de acesso ao crédito do Plano-Safra haja visto que a burocracia é seu maior entrave.

A principal problemática do Mercado do Peixe se dá por sua complicada localização dentro da CEASA, uma vez que através de perguntas semi estruturadas feitas a transeuntes na Central Abastecimento durante um evento da semana do peixe é notável que muitos consumidores que frequentam o Local (CEASA) não têm conhecimento da existência de um mercado de peixes instalado ali, percebe-se assim uma fraca publicidade voltada para o estabelecimento.

A implementação de parques aquícolas no DF ainda esta em fase embrionária visto que na região em si não existe reservatórios de grande porte para a produção em larga escala como em outras regiões do País.

Mais especificamente no DF – Lago Paranoá – torna-se inviável a utilização de tanques rede visto a quantidade de embarcações que circulam no local assim como a baixa qualidade da água em alguns pontos além da grande demanda de uso por diversos setores como torneios de competição aquática, turismo e lazer.

O cadastro no Sistema do Registro Geral de Atividades Pesqueiras-RGP representa uma das maiores falhas apresentadas já que para ter acesso a ele não há a necessidade de apresentar nenhum tipo de comprovante de regularidade sendo assim passível de fraudes por parte de terceiros. Uma dessas fraudes se dá no cadastramento de pescadores profissionais que recebem o seguro defeso – pecúnia paga ao pescador durante a piracema – uma vez que vários dos que fazem o cadastro de fato não apresentam características de pescadores como, conhecimento dos locais de pesca, espécies pescadas ou equipamentos utilizados ficando por vezes nítida a má fé no valor pago ao pescador durante o seguro defeso.

Outra falha nítida no RGP é que Cooperativas/Associações que representam pescadores em localidades mais distantes ou com menos acesso a informações cobram uma taxa de seus cooperados que repassam a informação entre outros pescadores que há de fato um valor para ser pago ao dar entrada no RGP, sendo que o acesso é totalmente gratuito, contudo os representantes dessas cooperativas

afirmam que a taxa cobrada é para bancar custos de viagem para dar entrada no RGP em locais distantes de suas residências, visto que a abrangência do MPA compreende DF e RIDE abarcando alguns municípios de Minas Gerais e Goiás

Porem apesar das falhas apresentadas ainda é nítido a importância dessas ações para o setor, já que o consumo do pescado vai de vento em poupa estima-se que em 2013 o ano fechou com uma produção de aproximadamente 2,4 milhões de toneladas de pescado produzidas em todo a Brasil. Um crescimento de cerca de 70% em relação ao ano de 2011.

As políticas apresentadas são de vital importância para que se chegasse a esse patamar de produção e seus benefícios vão além do estímulo a produção, abrangendo a área da saúde, social e ambiental visto a inclusão dos pescadores a sociedade como uma profissão digna e honesta, assim como proporciona aos brasileiros uma fonte de alimento saudável e com grandes valores nutritivos além de ser uma das atividades do agronegócio que causam menos impactos ao meio ambiente.

O Plano-Safra para que possa ser um instrumento totalmente funcional necessita de simplificar seu acesso e divulgar ainda mais suas atribuições tal quais seus objetivos e suas áreas de abrangência. A Semana do Peixe pode acionar novos parceiros como o Ministério da Educação e juntamente com os parceiros já existentes divulgarem ainda os benefícios dos pescados, principalmente junto aos futuros compradores de pescado nas escolas, tanto públicas como particulares incentivando assim um novo costume alimentar. Outra ação que poderá melhorar o desempenho da semana do peixe é que houvesse uma abertura oficial em todas as regiões administrativas simultaneamente e em locais de maior comercialização de pescado da Região.

Os caminhões Feira do Peixe e Frigoríficos carecem de uma facilitação de aquisição através de uma licitação dispensada para associações ou cooperativas, tornando ainda mais simples para estes a comercialização de seus produtos e subprodutos. Já os parques Aquícolas são inviáveis no Lago Paranoá, mas com esforços conjuntos com a Marinha, ANA ou outros órgãos ou instituições poderiam analisar a viabilidade de separa um dos braços do Lago para tal atividade, criando um perímetro onde o transito de embarcações com motor seria impedido ou monitorado, visando assim diminuir as ondas responsáveis por dificultar a instauração de tanques-rede no DF.

O Registro Geral de Atividades Pesqueiras por sua vez carece de um monitoramento mais específico. Sendo assim uma possível saída seria a instauração de uma ficha cadastral ou formulário que serviria como um qualificador de idoneidade contendo questões básicas a um verdadeiro pescador no caso de fraudes para recebimento do seguro desefo. Outra opção seria a de que fosse feito um acompanhamento das atividades mensalmente, aferindo os dados e verificando quais são e onde estão as principais fontes de pesca.

Sendo o RGP essencial para qualquer atividade oferecida pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, seu controle passaria a ser monitorado também por outros Órgãos e Instituições que asseguram a legalidade de atividades pesqueiras como o IBRAM, IBAMA ou mesmo a ANA (AGENCIA NACIONAL DE AGUAS). Podendo ainda, instaurar-se sedes de Superintendias Federais do MPA em todos os municípios que vivem da pesca ou aquicultura e que tenham essas atividades como algo de grande importância para que seja feita a correta divulgação a cerca do acesso a esse sistema.

9 CONCLUSÃO

A criação do Ministério da Pesca e Aquicultura a partir da então Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca vem promovendo o incentivo ao consumo do pescado de forma notável por meio de políticas públicas que incentivam a comercialização do pescado tal quais seus derivados, gerando assim um mercado cada vez mais estruturado e apto a atender as demandas globais de consumo.

Os benefícios do incentivo ao pescado vão além dos grandes valores nutricionais e econômicos, visto que a aquicultura é uma das últimas fontes de exploração do agronegócio e seus efeitos ao meio ambiente são ínfimos comparadas a outras criações de produção como a bovina ou suína.

As políticas públicas do setor carecem de reformas ou reestruturações, contudo sua atual forma já mostra sinais de que o Brasil pode sim alcançar a meta do Ministério da Pesca e Aquicultura, visto que a produção nacional tal qual seu consumo vem crescendo gradativamente podendo chegar a meta de 20 milhões de toneladas produzidas, quase 10 vezes mais do que produz atualmente, garantindo portanto a segurança alimentar da nação, o aquecimento da economia nacional assim como proporcionar uma ótima relação entre produção e sustentabilidade além de promover a inclusão social de pescadores, pescadoras, marisqueiras, e agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

(MPA), B. M. P. E. A. **Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014. Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014**, Brasil, n.2012, p.1-28, 2012.

Alimentação saudável incentiva o consumo de peixe em Boa Vista, capital de Roraima. Disponível em: <<http://blog.guiase.com.br/alimentacao-saudavel-incentiva-o-consumo-de-peixe-em-boja-vista-capital-de-roraima/>> Acesso em: 25 mai. 2015

ALVES, R. S.; FAVERO, L. A. **Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas.** Desenvolvimento Regional Sustentável, Brasília - DF, v.06, n.2010, p.1-56, 2010.

AQUICULTURA, M. P. B. E. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011**, Brasília - DF, n.2011, p.1-60, 2011.

AQUICULTURA, M. P. B. E. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2012. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2012**, Brasília - DF, n.2012, p.1-129, 2012.

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL BRASIL - ACBE **1º Anuário Brasileiro Da Pesca e Aquicultura 2014.** 1ª. ed. Itajaí - SC: Alessandro Vanin, 2014. 133p.

Aumento do consumo de pescados apoia-se cada vez mais em importados. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/opinia0/coluna/2014/09/13/aumento-do-consumo-de-pescados-apoia-se-cada-vez-mais-em-produtos-importados.htm>> Acesso em: 17 out. 2014

BATISTA, A. **A Contribuição da Piscicultura para as Pequenas Propriedades Rurais em Dourados - MS.** 2013. 94f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Mato Grosso do Sul, 2013.

BORGES, A. M. **Série: O mercado do pescado nas grandes cidades latino-americanas.** O mercado do pescado em Brasília, Brasil, n.2010, p.1-111, 2010.

Cartilha: Balanço 2013 - Ministério da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Publicidade/Cartilha-Balan%C3%A7o-2013-Minist%C3%A9rio-Pesca-Aquicultura.pdf>> Acesso em: 1 nov. 2014

DEPUTADOS, C. L. C. **Pesca e Aquicultura no Brasil. Pesca e Aquicultura no Brasil**, Brasília - DF, n.3, p.1-21, 2012.

Deveríamos parar de comer carne?. Disponível em: <<http://super.abril.com.br/mundo-animal/deveriamos-parar-comer-carne-442851.shtml>> Acesso em: 25 mai. 2015

Estudo analisa riscos e benefícios do consumo de peixe e conclui: o consumo de até duas refeições por semana pode reduzir em até 36% o risco de acidentes vasculares. Disponível em: <<http://www.news.med.br/p/medical-journal/1888/estudo+analisa+riscos+e+beneficios+do+consumo+de+peixe+e+conclu+i+o+consumo+de+ate+duas+refeicoes+por+semana+pode+reduzir+em+ate+36+o+risco+de+acidentes+vasculares.htm>> Acesso em: 26 abr. 2015

FILHO, J. D. S. **O agronegócio da aquicultura: perspectivas e tendências. O agronegócio da aquicultura: perspectivas e tendências**, Brasília, n.2004, p.1-9, 2004.

GTT PESCADO. **Plano estratégico de Desenvolvimento da cadeia do pescado no território da grande Dourados-MS.** Grupo de Trabalho para o fortalecimento da cadeia do pescado no território da grande Dourados (GTT PESCADO). Dourados/MS, 2009.

Laércio Zambolim et al. **Produção Integrada do Brasil. Produção Integrada do Brasil**, Brasília - DF, n.1, p.1-1012, 2008.

LAMOSO, L. *et al.* A atividade da piscicultura como alternativa de diversificação econômica no município de Dourados-MS. **Revista de Geografia**. UFMS. n. 12, p.55-62, jul/dez. Campo Grande. 2000.

MATTOS, B. O.; TROMBETA, T. D. **Manual de Criação de Peixes em Tanques-Rede. Manual de Criação de Peixes em Tanques-Rede**, Brasil, n.2, p.1-72, 2010.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Incentivo a aquicultura**. Brasília, 2010. Disponível em <[https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4Incentivo aaquicultura.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro2/2.4Incentivo%20aaquicultura.pdf)>.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA (MPA). **Ministério - histórico**. 2013. Disponível em: < <http://mpa.gov.br/index.php/ministeriomp/historico1> >.

Ministerio da Pesca e Aquicultura. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/>>
Acesso em: 17 out. 2014

Nutrição Funcional. Disponível em:
<http://www2.uol.com.br/vyaestelar/nutricaofuncional_peixe.htm> Acesso em: 25 abr. 2015

ONU recomenda mudança global para dieta sem carne e sem laticínios.
Disponível em: <<http://portugalmundial.com/2014/03/onu-recomenda-mudanca-global-para-dieta-sem-carne-e-sem-laticinios/#>> Acesso em: 26 mai. 2015

Piscicultores recebem apoio do Sebrae no DF. Disponível em:
<<http://www.df.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/DF/Piscicultores-recebem-apoio-do-Sebrae-no-DF>> Acesso em: 17 out. 2014

Piscicultura em MS: desafio é gerar renda e aumentar consumo de pescado.
Disponível em: <<http://www.agorams.com.br/jornal/2012/12/piscicultura-em-ms-desafio-e-gerar-renda-e-aumentar-consumo-de-pescado/>> Acesso em: 7 out. 2014

SEBRAE, **Piscicultura – Criação de Peixes.** Ideias de Negócios para 2014, Brasil, n.2014, p.1-36, 2014.

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP). **Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura.** SEAP/MPA, Brasília-DF, 2008.